



## A REPRESENTAÇÃO DA MULHER MEDIEVAL NOS LIVROS DIDÁTICOS: UMA VISÃO COMPARATIVA

Marta de Carvalho Silveira<sup>1</sup>  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Universidade Estácio de Sá

**Resumo:** Entendendo que os livros didáticos são os principais instrumentos utilizados nas salas de aula das escolas públicas brasileiras e a característica informativa e formativa que tais obras alcançam no processo educacional, propõem-se aqui a análise dos discursos reproduzidos acerca da condição feminina em algumas das obras selecionadas, por instâncias governamentais e pelos docentes, para a utilização nas salas de aula espalhadas por todo o território nacional. Em suma, o objetivo deste trabalho é analisar a forma como os autores dos livros didáticos têm conseguido inserir a questão do gênero nas obras didáticas e como tais obras influenciam na construção da noção das mulheres como sujeitos históricos.

**Palavras-chave:** Mulheres – Ensino de História – Idade Média

### THE REPRESENTATION OF MEDIEVAL WOMEN IN DIDACT BOOKS: A COMPARATIVE VISION

**Abstract:** Understanding that textbooks are the main tools used in the Brazilian Public School classrooms, and the informative and formative features those books may reach during the educational process, the proposal submitted here is to analyze the reproduced speeches about womanhood in some selected works, by the Government and even the teachers, as well as their application in the classrooms nationwide. In short, the objective of this study is to analyze the way authors have managed to insert the gender issue into their textbooks, and how those schoolbooks may influence on the building notion of women as historical individuals.

**Keywords:** Women – History teaching – Middle Ages

### Introdução

Os livros didáticos são instrumentos fundamentais no cotidiano das salas de aula por todo o Brasil. Considerados como fontes seminais de consulta tanto para os alunos quanto para os professores, justamente pela qualidade técnica e a confiabilidade das informações transmitidas que necessitam possuir, os livros didáticos são, sobretudo, formadores de opinião e guias na produção do conhecimento docente e discente.

Infelizmente os indicadores educacionais atuais, proporcionados por mecanismos avaliativos internos e externos, atestam o baixo rendimento do alunado brasileiro e também a formação precária dos futuros docentes. Os livros didáticos tornam-se, por vezes, as únicas fontes de pesquisa confiáveis para

---

<sup>1</sup> E-mail: [martadecarvalhosilveira@gmail.com](mailto:martadecarvalhosilveira@gmail.com).

docentes e alunos, ainda mais em um país onde o acesso à internet não é uma realidade para todos os cidadãos levando-se em consideração que o material disponibilizado na rede não pode ser corretamente utilizado sem que quem o acesse tenha um conhecimento e uma orientação prévia sobre o conteúdo a ser pesquisado.

Em se tratando de um período histórico como a Idade Média, entendido por vezes através das brumas de um olhar estereotipado, o livro didático torna-se, na maioria das vezes, para o professor, a única fonte de informação considerada confiável para o estudo deste contexto. No entanto, conforme avançam as pesquisas que tomam os livros didáticos como fontes de análise, torna-se claro que a imagem da Idade Média neles construída ainda carece de reformulação, ou mais precisamente, nota-se a necessidade de que o diálogo entre o saber produzido na academia e o disposto nas obras didáticas seja intensificado e atualizado. Tal aprofundamento poderia auxiliar na construção da noção de indivíduo, das relações de gênero e levar o estudante a refletir sobre o papel político, econômico, social e cultural desempenhado pelas mulheres na Idade Média pode em muito contribuir para a elaboração da identidade feminina contemporânea e da continuidade das mulheres na luta pela preservação de direitos já adquiridos e na conquista de novos.

Quando os livros didáticos ignoram ou simplesmente citam de forma descontextualizada e acrítica elementos históricos acerca da condição feminina, o resultado é a preservação dos estereótipos já tradicionalmente difundidos na sociedade contemporânea e a não alteração de uma cultura que prevê a submissão feminina.

É para analisar e questionar a forma como as mulheres medievais tem sido retratadas nos livros didáticos a serem utilizados nas escolas públicas brasileiras que estabeleceremos uma análise comparativa de seis obras didáticas selecionadas pelo MEC, com a participação dos docentes que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental, para serem utilizados nas salas de aula das escolas públicas brasileiras até o ano de 2019.

Para conduzir esta reflexão inicialmente será traçado um panorama sobre o uso dos livros didáticos como instrumentos pedagógicos e como fontes de pesquisa

para o ensino de Idade Média. Posteriormente será empreendida uma discussão acerca da evolução dos estudos relativos ao tema da condição feminina na historiografia, priorizando o período medieval e, por último, será construída uma análise acerca da forma das representações femininas nas obras didáticas selecionadas, seguida de uma conclusão.

### **As políticas públicas educacionais brasileiras e os livros didáticos**

O avanço do modelo econômico neoliberal no mundo pós-Guerra Fria implicou na criação de políticas públicas educacionais que promovessem a constituição de cidadãos culturalmente adaptados às necessidades cotidianas de um mundo globalizado, quanto apto para constituir uma mão de obra adequada e eficiente no processo de produção da riqueza interna dos países ocidentais. Através do Consenso de Washington (1990) foram estabelecidas as metas financeiras macroeconômicas que deveriam ser seguidas pelos países em desenvolvimento a fim de garantir o seu fortalecimento econômico. Através dos empréstimos tomados do Fundo Monetário Internacional (FMI),

“(....) esses países obrigavam-se a seguir as normas impostas pelo Banco Mundial (BIRD) para controle das políticas domésticas – inclusive na educação – além, evidentemente, de acelerarem o processo de endividamento, que por sua vez, tem reforçado da dependência.”<sup>2</sup>

A Teoria do Capital Humano, elaborada na escola de Chicago, tornou-se a base do pensamento neoliberal para a educação. Partindo do pressuposto de que havia uma relação direta entre o desenvolvimento do potencial produtivo de uma nação e a formação educacional de seus membros, os economistas especializados nos estudos educacionais defendiam o amplo investimento dos países no aumento do nível educacional da sua população. Tal perspectiva utilitarista tem alimentado e direcionado a política pública educacional brasileira, orientando a elaboração da documentação basilar curricular e das práticas de gestão, que tendem a encampar cada vez mais recursos e parcerias privadas no financiamento público educacional, o que, em última instância, poderá promover o sucateamento das unidades

---

<sup>2</sup> ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia. Geral e Brasil.** 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006. p. 330.

públicas de ensino nos diversos níveis e a desvalorização salarial da carreira docente, já em andamento.

No que se refere à elaboração da documentação orientadora dos princípios educacionais brasileiros, percebe-se uma linearidade de propostas que se estende da presidência de Fernando Collor de Melo (1990 a 1992) até os governos atuais. Sob a influência da Teoria do Capital Humano, foi realizada na Tailândia, a Conferência de Jomtien (1990) em que se pretendia refletir sobre as políticas públicas educacionais desenvolvidas pelos países que compõem a ONU e a elaboração de metas nacionais que visassem o aprimoramento do sistema educacional. Medidos os índices de analfabetismo, a defasagem entre a idade e a formação educacional dos indivíduos, a evasão escolar, a ausência de práticas inclusivas, a diversidade curricular existente e outros tantos indicadores, o Brasil comprometeu-se a cumprir metas que dirimissem estes obstáculos ao aumento do índice educacional do povo brasileiro.<sup>3</sup>

Foi assim que o Brasil investiu na elaboração do *Plano Nacional de Educação Brasil para Todos*, iniciado em 1993, com o intuito de direcionar a política pública educacional brasileira, fomentado, dentre outras práticas, a elaboração de documentos que promovam uma educação integrada e igualitária em todo o território nacional, o diálogo entre a sociedade (representada através de conselhos, organizações etc.) e a criação de práticas educacionais concernentes à diversidade e à demanda brasileira.<sup>4</sup>

Dentro destes princípios, foram elaborados os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997), as *Leis de Diretrizes e Bases da Educação* (1996), o *Plano Nacional de Educação* (2014) e a *Base Nacional Comum Curricular* (2017), desdobradas em diversas orientações e programas que objetivam a organização e o direcionamento da educação brasileira desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

---

<sup>3</sup> Par maiores informações sobre as metas estabelecidas para a política pública educacional estabelecidas na Conferência de Jomtien, ver o site da UNICEF. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10230.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm)>.

<sup>4</sup> Para maiores informações sobre o Plano Nacional de Educação, publicado em 2014, acessar o portal do MEC: Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>.

O *Programa Nacional do Livro Didático* (PNLD) foi criado justamente neste contexto de fortalecimento de uma política pública educacional brasileira, por entender-se que o fornecimento de livros didáticos gratuitos aos estudantes das escolas públicas brasileiras seria uma das estratégias fundamentais à elevação dos índices de desempenho educacional docente. No entanto, a distribuição de livros didáticos nas escolas brasileiras não foi uma criação das demandas produtivas e educacionais da década de 1990.

Como instrumentos fundamentais utilizados no ambiente escolar, os livros didáticos têm uma história. Os primeiros manuais escolares tiveram como objetivo a alfabetização e estavam conectados ao movimento da Reforma Protestante. A noção do sacerdócio universal, que garantia a qualquer membro da comunidade o direito de pregar a palavra divina e promover rituais religiosos, prescindia da necessidade de que os membros destas comunidades protestantes tivessem o pleno domínio da leitura e da escrita. Foi nesse contexto, então, que Jon Huss, um dos principais reformistas do século XVI, produziu um dos primeiros manuais de alfabetização: *O ABC de Huss*.

No século XIX, quando a História se tornou uma ciência ensinada nas universidades e nos níveis básicos elementares da educação, deu-se a elaboração de manuais que focavam à princípio de História Geral, e depois investiram na construção de uma história nacional. O saber histórico, neste momento, resumia-se a uma compilação narrativa e cronológica daqueles que eram considerados os principais feitos da humanidade, representada basicamente pelas realizações dos grandes heróis formadores de uma nação. Era necessário fomentar na mente e no coração dos cidadãos das nações europeias os princípios básicos no nacionalismo, que os faria lutar tanto para a manutenção dos territórios ocupados pelos Estados no espaço europeu, quanto pela preservação e ampliação das áreas coloniais já ocupadas.<sup>5</sup>

O Brasil, que alcançou a sua independência no século XIX, enfrentou também o desafio de investir na construção de uma história nacional brasileira que pudesse servir como base à construção de um sentimento nacionalista

---

<sup>5</sup> BOURDÉ, G.; MARTIN, H. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Europa-América, 1983. p. 109-112.

principalmente entre a elite brasileira que frequentava os bancos escolares. Utilizava-se, então, a tradução dos manuais de História Geral importados principalmente da França. Em meados do século XIX, seguindo o caminho para a construção de um ideal, o governo imperial incentivou a elaboração de manuais específicos de História do Brasil produzidos pelos intelectuais do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), em sua maioria, professores do Colégio Pedro II, considerado a principal referência educativa no Brasil.

Nos diversos momentos do período republicano, os livros didáticos de História continuaram a ser utilizados como instrumentos para a consolidação do ideal nacional, principalmente durante o governo varguista. Além da clara intenção de reforçar o nacionalismo próprio, a política educacional varguista, iniciada em 1930 e expressa na criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, pretendia ampliar a formação da mão-de-obra brasileira para aproveitar as chances de crescimento da política exportadora gerada graças aos efeitos da Crise de 1929.

A dificuldade de importar materiais pedagógicos e a necessidade de reafirmar os seus próprios ideais nacionais levou o Brasil a iniciar uma produção interna de manuais didáticos em grande escala. Para garantir o controle ideológico sobre o material produzido, principalmente a partir da instauração do Estado Novo, o governo varguista criou, em 1938, a *Comissão Nacional do Livro Didático*. O governo produzia o seu próprio material didático a ser utilizado em todo o território nacional. Tais manuais, segundo Marco Antonio Silva, alcançavam uma grande longevidade no sistema educacional, sendo utilizados durante anos e nem sempre passando pelas reformulações devidas, o que era agravado pelo fato de seus autores serem intelectuais que, apesar da sua proeminência, não dominavam totalmente os conteúdos dispostos nestas obras, marcadas, portanto, por traços excessivamente generalizantes.<sup>6</sup>

O fim do Estado Novo não trouxe o término da política de produção de livros didáticos próprios para o mercado brasileiro. Pelo contrário, os manuais

---

<sup>6</sup> SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. In: \_\_. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012. p. 808. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>. Acesso em: 1 jul. 2017.

didáticos, produzidos por especialistas nas áreas de conhecimento, passaram a ser largamente utilizados no sistema educacional que experimentou uma expansão considerável na medida em que se abriu para a entrada de setores populares nos seus quadros, na onda das políticas desenvolvimentistas do período.

Durante a ditadura militar o governo criou dois mecanismos que favoreceram a continuidade e a ampliação da política de publicação e de distribuição de livros didáticos: a *Companhia Nacional de Material de Ensino* e a *Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático*, um dos braços do Ministério da Educação e Cultura (MEC), responsável por estabelecer os princípios e as orientações para a construção dos manuais didáticos, posteriormente publicados pela Companhia. Portanto, a princípio a produção dos livros didáticos estava centralizada nos mecanismos governamentais. Este quadro alterou-se na década de 70 quando o MEC buscou a parceria das editoras privadas para publicar os manuais didáticos, tendo como órgãos reguladores o *Instituto Nacional do Livro* e a *Fundação Nacional de Material Escolar*.

A década de 80, com a redemocratização, alterou a relação entre o setor público e o setor privado na produção dos livros didáticos, já que as editoras assumiram o controle total da produção. Os manuais passam a ser produzidos de acordo com os critérios estabelecidos pelo MEC, através de um conselho específico, e expressos no *Programa Nacional do Livro Didático* (PNLD), criado em 1985 e aperfeiçoado em 1995. Tais critérios que devem seguir os pressupostos definidos nos PCNs e na BNCC. Os livros produzidos e aprovados pelo MEC são distribuídos pelas editoras nas escolas públicas brasileiras para que sejam avaliados pelos docentes e encaminhados às escolas após o período de escolha. Tais obras são utilizadas por professores e alunos trienalmente e passam por um complexo processo de escolha que envolve uma vasta rede de profissionais, onde estão incluídos também os docentes.<sup>7</sup>

Os PCNs, que regem a educação pública e a privada, consideram que os livros didáticos são peças-chaves no processo de ensino e aprendizagem dos

---

<sup>7</sup> MAC GINITY, Eliane Goulart. Imagens de mulheres nos livros didáticos de História. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n. 3, v. 2, jul/dez. 2015. p. 922. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/viewFile/63309/36954>>. Acesso em: 1 jul. 2017.

alunos, por considera-los “(...) um instrumento de controle do sistema escolar, a garantia de uma certa qualidade de ensino e a difusão de valores”.<sup>8</sup> Além disso, entendem que os livros didáticos são instrumentos importantes para o cotidiano do docente em sala de aula, pois “asseguram um modelo de prática, segurança no processo de desenvolvimento do trabalho e eficiência na transmissão de conteúdos exigidos por programas ou currículos”<sup>9</sup> As famílias também podem se beneficiar dos livros didáticos, de acordo com os PCNs, pois lhes permite assegurar uma garantia na qualidade da educação ministrada aos seus filhos. Os PCNs também garantem à indústria editorial um mercado certo e seguro.<sup>10</sup>

Estabelecida a importância, mas não a obrigatoriedade do uso dos livros didáticos, os PCNs chamam a atenção para o fato de que caberá aos professores a tarefa de selecionar as obras produzidas e apresenta aos docentes alguns pontos nevrálgicos que devem ser levados em consideração neste processo avaliativo: os objetivos educacionais e a concepção de ensino da área; a abordagem teórico epistemológica da História, os acontecimentos históricos privilegiados para estudo, as relações entre os acontecimentos e os sujeitos históricos; a organização dos acontecimentos no tempo, as periodizações utilizadas e as relações entre presente/passado; os sentidos e significados construídos para a História, os conceitos trabalhados e os problemas propostos ou obtidos; as posições assumidas pelo autor e a forma de exposição dessas posições nos textos e na seleção das imagens; os valores, as ideologias e os mitos da História veiculados; a concepção de aprendizagem presente nos exercícios, questionários e outras atividades propostas; a qualidade editorial, a clareza do texto, a preocupação didática na organização e apresentação dos conteúdos; a potencialidade informativa atribuída às imagens, e disponibilização de diferentes fontes de informação e linguagens etc.<sup>11</sup>

Analisando os índices de compra dos livros didáticos pelo governo brasileiro, é possível detectar o incremento e a geração de lucros expressivos para

---

<sup>8</sup> BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 29. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> PCNs. p. 79-80.



o setor editorial brasileiro nos últimos anos em virtude da efetuação destas compras. O Brasil é um dos países que mais utiliza recursos estatais na compra deste tipo de material didático. Este setor movimenta tantos recursos que passou a ser disputado por empresas estrangeiras empenhadas em alcançar um espaço de liderança no mercado brasileiro, já que as compras efetuadas pelo governo correspondem a 60% da renda editoriais.<sup>12</sup>

As disputas travadas entre as editoras pelo controle do mercado se expressam em fortes campanhas publicitárias e no aliciamento dos quadros técnicos das escolas para que se sintam seduzidos a adotar esta ou aquela obra. Apesar da possível formação de oligopólios neste setor, que pode traduzir-se em prejuízos aos cofres públicos e superfaturamentos, tal concorrência, se feita de forma adequada, pode mostrar-se saudável, em termos didáticos, se traduzirem-se em uma busca mais intensa para a melhoria do material produzido, tanto em termos textuais quanto visuais, e uma constante tentativa de adequação das obras às propostas estabelecidas nos documentos que fundamentam a política pública brasileira.

O contexto que envolve a produção, a distribuição e a utilização do livro didático fez com que ele se tornasse uma peça de pesquisa básica para aqueles que têm como objetivo pensar nos diversos níveis das ciências humanas, a questão da educação. Ao se elencar os livros didáticos como fontes de pesquisa é preciso definir alguns pressupostos. O primeiro é o que o considera como um produto cultural, tendo, portanto, uma historicidade muito bem demarcada. Os atuais livros didáticos de história diferem muito daqueles produzidos nas décadas passadas, já que investem (ou deveriam investir) na disponibilização de um conhecimento mais adequado ao seu público incorporando os resultados de diversas pesquisas acadêmicas.

Os livros didáticos possuem também diante de si o desafio de disponibilizar um conhecimento científico complexo de forma simples e didática a ponto de ser entendido satisfatoriamente pelo público leitor sem, no entanto, apelar para a superficialidade discursiva. Além disso, os livros didáticos são constituídos por

---

<sup>12</sup> SILVA, M. A. Op. Cit. p. 810.

discursos multifacetados, contendo uma variedade de gêneros textuais, já que incorporam imagens, sugestões de filmes, áudios, sites e plataformas de web, jogos, reportagens de jornais e revistas, fontes históricas (os melhores as trazem em quantidade e variedade) e é nesta variedade discursiva que está grande parte do seu valor e utilidade. Sendo assim, o livro didático não é um produto cultural que possa ser analisado somente a partir de uma perspectiva histórica, mas também pedagógica, o que o torna uma fonte de análise extremamente rica. Neste artigo, em específico, pretende-se priorizar a análise dos elementos discursivos históricos presentes nas obras selecionadas. Como afirma Circe Bittencourt:

A familiaridade com o uso do livro didático faz que seja fácil identifica-lo e estabelecer distinções entre ele e os demais livros. Entretanto, trata-se de objeto cultural de difícil definição, por ser obra bastante complexa, que se caracteriza pela intervenção de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Possui ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. É um objeto de “múltiplas facetas”, e para sua elaboração e uso existem muitas interferências.<sup>13</sup>

Desta forma, os livros didáticos podem ser considerados como os principais bastiões na transmissão das informações que um governo considera adequada aos seus cidadãos, principalmente auxiliando na construção da sua identidade individual e grupal. Para isto, os cidadãos devem reconhecer e valorizar “a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, (...) além de posicionar-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;<sup>14</sup>

Os PCNs ainda afirmam que, a partir de um amplo debate estabelecido entre a História e as outras áreas do conhecimento, principalmente com a Antropologia, a História ensinada nas escolas de ensino fundamental deve ter como um dos seus objetivos principais:

(...) as imagens, representações e valores em relação ao corpo, à sexualidade, aos cuidados e embelezamento do indivíduo, aos tabus coletivos, à organização familiar, à educação sexual e à distribuição de

---

<sup>13</sup> BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História. Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 301.

<sup>14</sup> PCNs. p. 7.

papéis entre homens, mulheres, crianças e velhos nas diferentes sociedades historicamente constituídas;<sup>15</sup>

A preocupação em formar um cidadão consciente da necessidade de respeitar a diversidade de gênero (que no documento claramente se refere àquela biológica entre homens e mulheres) e o papel social desempenhado pelas mulheres, como sujeitos históricos, na sociedade brasileira está presente nos PCNs e também na BNCC. A condição feminina é tratada na BNCC a partir do papel desempenhado pelas mulheres nas diversas sociedades ao longo do processo histórico. É possível constatar tal informação lendo as orientações oferecidas pela BNCC para o ensino de História no sexto ano do ensino fundamental, onde as mulheres surgem na unidade temática *Trabalho e formas de organização social e cultural*, que tem como objeto de conhecimento *O papel da mulher na Grécia e em Roma e no período medieval* e como habilidade correspondente: “(EF06HI16) Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais”.<sup>16</sup> A leitura destes tópicos torna clara a opção da Base em não discutir a questão de gênero, mas sim orientar a discussão a ser implementada com os alunos para o papel socioeconômico desempenhado pelas mulheres ao longo da História.

Apesar da priorização temática da análise do papel socioeconômico desempenhado pelas mulheres no processo histórico, a BNCC não deixa de propor a necessidade de se discutir com os alunos a temática das relações de gênero. Como se lê no documento em questão:

Ao promover a diversidade de análises e proposições, espera-se que os alunos construam as próprias interpretações, de forma fundamentada e rigorosa. Convém destacar as temáticas voltadas para a diversidade cultural, as questões de gênero e as abordagens relacionadas à história dos povos indígenas e africanos.<sup>17</sup>

A leitura da base nos indica, portanto, uma preocupação em construir com o aluno a noção de que as mulheres não foram tratadas de forma igualitária pela

---

<sup>15</sup> PCNs, p. 48

<sup>16</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEF, 2017. p. 371. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/4.4.2\\_BNCC-Final\\_CH-HI.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/4.4.2_BNCC-Final_CH-HI.pdf)>. Acesso em: 3 jul. 2017.

<sup>17</sup> BNCC, p. 351.

historiografia, lançando-as em um espaço de marginalidade, justamente por não corresponder, juntamente com os índios e africanos, ao sujeito universal masculino priorizado, desde o século XIX, pela História.

A fim de detectar a forma como os livros didáticos incorporam as referidas orientações, o que será feito na última parte deste artigo, é preciso traçar um breve panorama sobre a historiografia que tem se debruçado sobre o estudo da condição feminina na Idade Média.

### **A história das mulheres e os estudos de gênero na Idade Média e os livros didáticos**

Um dos precursores no estudo da atuação feminina na sociedade, Michelet, preocupou-se em regatar a presença das mulheres na sociedade ocidental, elencando as suas contribuições como agentes históricos tanto na preservação quanto na transformação social. Comentando a obra de Michelet, M. Perrot afirma:

(...) Segundo ele, a oposição entre homem/cultura e mulher/natureza domina a história das sociedades e comanda as pulsões dos acontecimentos. Profundamente ambivalente, o princípio feminino deve ser respeitado. Tanto que a natureza feminina tem dois polos um maternal e benéfico, outro mágico, vermelho como sangue, negro como o diabo, maléfico.<sup>18</sup>

Apesar do pioneirismo de Michelet, as mulheres foram definitivamente assimiladas como objetos de análise historiográfica, no início do século XX, como parte da renovação nos estudos históricos propiciada pelo marxismo e pela Escola dos *Annales*. O marxismo trouxe para o campo historiográfico a preocupação em destacar a atuação dos sujeitos históricos antes excluídos da história oficial, que obedecia aos parâmetros historicistas do século XIX. Os princípios de uma “história vista de baixo” favoreceram a ampliação dos estudos sobre a condição feminina, tendo o século XIX e as mulheres operárias como ponto seminal de análise.

A história das mulheres foi enriquecida com os pressupostos teóricos e metodológicos inaugurados pela Escola dos *Annales* que, com o seu foco interdisciplinar, estabeleceu parcerias com outros campos do conhecimento (como a sociologia e a antropologia, por exemplo) ampliando a própria noção de fonte

---

<sup>18</sup> PERROT, M. **Os Excluídos da História. Operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. p.182.

histórica e garantindo novos métodos para a realização das suas análises. Numa tentativa de fazer uma história pautada na problematização, os *Annales* trouxeram para o campo analítico novos sujeitos históricos, como as mulheres, que puderam ter a sua atuação finalmente desvendada através da ampliação do leque documental.

Os movimentos historiográficos supracitados contribuíram ativamente para a elaboração de uma História das Mulheres, enriquecida também pela militância realizada no âmbito do movimento feminista, que se tornou ativo e organizado em sua luta pela ampliação dos direitos das mulheres na década de 1960, e que se fortaleceu consideravelmente pela liderança de pesquisadoras que ocuparam espaço em diversos núcleos de pesquisa acadêmicos. Como nos lembra Joan Scott, “(...) as ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação”.<sup>19</sup>

Através da ampliação das fontes analíticas e do levantamento de novas problemáticas, as mulheres puderam ser resgatadas do seu silêncio, geralmente imposto por pressões sociais masculinas, corroboradas por discursos clericais e morais. Mesmo relegadas ao silêncio, as mulheres, ao longo do processo histórico, souberam utilizá-lo como instrumento para o exercício do seu poder no grupo familiar. Michelle Perrot nos lembra: “(...). Frequentemente, também, elas [as mulheres] fizeram do seu silêncio uma arma.”<sup>20</sup>

A década de 1970 é apontada por Joan Scott como o período onde a ampliação das fontes e das problemáticas promoveu a ruptura entre a história das mulheres e a tendência política que a havia caracterizado graças à atuação do movimento feminista. Sendo assim, a história das mulheres “(...). Ampliou seu campo de questionamentos, documentando todos os aspectos da vida das mulheres no passado, e dessa forma, adquiriu energia própria.”<sup>21</sup> e, na década de 1980, desviou-se para os estudos de gênero, entendidos pela autora neste contexto como a divisão natural dos sexos. Observa-se, então, uma ruptura definitiva da

---

<sup>19</sup> SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**. Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 64.

<sup>20</sup> PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 10.

<sup>21</sup> SCOTT, J. Op. Cit., 1992, p. 64.

história das mulheres com a política e a construção dos estudos de gênero, que estaria “desprovido de propósitos ideológicos imediatos”.<sup>22</sup> Para alguns especialistas em estudos de gênero, a história das mulheres teria evoluído para uma categoria mais neutra e menos carregada dos pressupostos ideológicos políticos que seria o gênero. Tal visão é contestada por Joan Scott que não considera que a história das mulheres tenha representado uma ruptura com o movimento feminista e nem a considera responsável pelo seu desaparecimento. A autora alerta: “(...). Muitos daqueles que escrevem a história das mulheres, consideram-se envolvidos em um esforço altamente político, para desafiar a autoridade dominante na profissão e na universidade, e para mudar o modo como a história é escrita.”<sup>23</sup>

As demandas de uma sociedade globalizada, instalada a reboque das transformações advindas da desagregação do mundo pós-guerra fria, ampliaram as possibilidades de pesquisa no âmbito da História das Mulheres. Além de se discutir o papel social, econômico e político desempenhado pelas mulheres, iniciou-se a discussão acerca da própria construção, ao longo do processo histórico, dos aportes culturais empregados na elaboração da noção de masculino e feminino. Os estudos de gênero, então, tiveram sua repercussão ampliada no meio acadêmico, na medida em que estreitaram os laços com a antropologia cultural e exploraram analiticamente o universo simbólico constituído pelas sociedades ao longo do processo histórico. Mais do que pensar o papel social das mulheres, os estudos de gênero se preocupam em analisar o uso que as instituições, os governos e a própria sociedade de forma geral fazem do discurso acerca da dualidade sexual para estabelecer instrumentos de dominação sobre os indivíduos, circunscrevendo-os em uma esfera de poder, entendido no sentido amplo e não exclusivamente estatal.

As transformações e inovações referentes tanto a história das mulheres quanto nos estudos de gênero, permitiram também a ampliação das análises referentes à condição feminina na Idade Média. Foi decisivo para tal ampliação o uso de fontes históricas antes não exploradas, como por exemplo, cartas e diários escritos também por mulheres e o revisitar de fontes documentais, que por vezes

---

<sup>22</sup> Ibidem. p. 64 – 65.

<sup>23</sup> Ibidem. p. 66.

não tiveram as mulheres como focos narrativos (leis crônicas etc.), mas que permitem a percepção destas como sujeitos históricos, como as leis, as crônicas, os sermões etc.

A ampliação do campo documental permitiu que os estudos da História das Mulheres na Idade Média ganhassem novos rumos, mas também a colocou frente a novos desafios. Michelle Perrot identificou duas tendências nos estudos produzidos nesta área: uma que visava identificar e exaltar o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade medieval e outra que pretendia identificar o papel desempenhado pelas mulheres na configuração da sociedade medieval.

A primeira tendência pode ser verificada na obra de Regine Pernoud, uma das protagonistas no estudo das mulheres medievais, que investiu na construção de uma tipologia social feminina e, para tanto, utilizou algumas personagens femininas que alcançaram destaque no período como exemplos para a constatação da importância que as mulheres alcançaram na sociedade medieval. Apesar do esforço da autora e do valor da análise por ela empreendida, suas proposições não podem ser aceitas sem algumas críticas, levantadas por autoras como Michelle Perrot que alerta para o fato dos estudos de Pernoud terem levado à construção de uma visão um tanto idílica das atuações das mulheres na sociedade medieval, marcada pela elaboração de modelos femininos frequentemente utilizados como parâmetros para a interpretação da sociedade medieval.

A segunda tendência pode ser encontrada nas obras de Georges Duby que, numa rica parceria estabelecida com a Antropologia, identifica as relações familiares e matrimoniais como sendo a espinha dorsal para o entendimento do papel social desempenhado pelas mulheres na sociedade medieval. Sem buscar generalizar as informações encontradas em suas análises, que se restringem às casas nobiliárquicas francesas, Duby inscreveu a história das mulheres em um novo patamar, não proposta a partir de visões generalizantes e idealizadas. Lembrou aos estudiosos deste campo que as vozes femininas não eram facilmente ouvidas na sociedade medieval e seu silêncio era garantido pelo discurso clerical, construtor de símbolos que buscam restringir as mulheres à submissão, expressa na necessidade da tutela constante de um elemento masculino a fim de auxiliá-la no controle da sua instabilidade e inconstâncias naturais. A escolha de Duby pelas

mulheres nobres é explicada pelo próprio autor: “(...). Permaneci deliberadamente nessas alturas por serem as únicas iluminadas o suficiente. Mesmo aqui, no entanto, a obscuridade é espessa.”<sup>24</sup>

As análises produzidas por Duby inspiraram outros historiadores a mergulharem no universo da história das mulheres. Duby inscreveu a história das mulheres em um novo patamar, muito preocupado em derrotar a tendência a construção de uma visão generalizante e idealizada acerca das mulheres, lembrou aos estudiosos desse campo que as mulheres medievais não tinham nem vez e nem voz na sociedade. Suas trajetórias foram marcadas pelo silêncio e pelo olhar masculino, expressos principalmente no discurso clerical, construtor de símbolos que buscavam restringir as mulheres à submissão, expressa na tutela constante de um elemento masculino cuja função era auxiliá-la no controle da sua instabilidade e inconstância naturais.

A ampliação do diálogo com outros campos do conhecimento levou à identificação dos modelos ideológicos traçados na sociedade medieval para direcionar e educar as mulheres, além de ordenar a prática da sua sexualidade, que deveria manter-se restrita ao âmbito da legalidade promovida pela instituição matrimonial e pelas relações de parentesco dela decorrentes, consideradas pelo autor como a espinha dorsal da sociedade medieval.

É notório, nos estudos acerca da condição feminina, produzidos tanto no âmbito da história das mulheres quanto dos estudos de gênero, a identificação do papel social fundamental a ser desempenhado pelas mulheres medievais: o de esposa. Garantir a reprodução social através da geração de filhos é a tarefa por excelência de qualquer mulher. Entretanto, outros papéis familiares desempenhados por ela são fundamentais. É preciso ser uma filha obediente e pronta a cumprir os desígnios da parentela e ser uma mãe zelosa na educação dos seus filhos mesmo quando já se tornou uma viúva, por exemplo. Do papel de esposa carnal somente as mulheres religiosas podem ser liberadas, já que se tornam esposas de Cristo, mas tais mulheres não podiam alçar este espaço

---

<sup>24</sup> DUBY, Georges. **Heloísa, Isolda e outras damas do século XII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 24.



próximo ao sagrado sem o apoio da sua parentela, ainda mais quando era possuidora de bens consideráveis.

Quando se fala e se pensa na “mulher medieval” é preciso levar em consideração a pluralidade de sujeitos contidas nesta categoria analítica. A heterogeneidade do mundo feminino medieval ainda precisa ser explorada, a fim de que se mergulhe cada vez mais em análises mais próximas do que se imagina que fosse a realidade enfrentada por estas mulheres no seu cotidiano e se rompa com análises generalizantes que tendem a entender as mulheres como uma categoria única e universal. No entanto, como nos lembra Duby: “[...] Para nós elas [as mulheres] serão sempre sombras indecisas, sem contorno, sem profundidade, sem relevo.”<sup>25</sup>

De uma forma ou de outra, nos vários grupos sociais em que estivessem inseridas, um modelo ideológico, identificado por autores como Duby, Perrot, Ariés, Dalarum, Dominique Barthelemy e outros que tem visitado a história das mulheres em seus estudos, se define e se impõe em relação às mulheres. Produzido no âmbito do discurso eclesiástico, construído sobretudo no século XII, tal modelo ideológico foi representado através de três figuras bíblicas femininas: Eva, Maria Madalena e a Virgem Maria. Retiradas dos textos bíblicos do Velho e do Novo Testamentos, estas personagens representam as mulheres em seus três estágios básicos: a natureza pura, a natureza em busca de transformação e sobreposição da realidade sobre a natureza.

Eva representava a mulher em seu estágio mais primitivo e aterrorizante para os homens. Ela era guiada pelo pecado e todos os males dele decorrentes: luxúria, inveja, dissimulação, intriga, dissensão... enfim, pelo desequilíbrio marcado pela submissão à natureza irracional que marca o elemento feminino desde a sua formação biológica imperfeita e secundária em relação ao homem, considerado de fato como “a coroa da criação” e não como um ser secundário criado da costela de Adão para fazer-lhe companhia. Tão imperfeita foi Eva, aos olhos dos clérigos medievais, que nem a tarefa de ser uma boa companheira para o homem ela cumpriu, já que foi também a grande responsável pela queda da humanidade,

---

<sup>25</sup> Ibidem. p. 10.

quando seduziu Adão a experimentar o fruto proibido, da árvore do bem e do mal, que lembremos, no século XII, foi diretamente relacionado ao sexo.

No constructo ideológico medieval, Maria Madalena era a mulher em busca da aprendizagem espiritual. Tentando romper com a sua natureza lasciva e pecaminosa, Maria Madalena, uma figura híbrida construída a partir de diversas referências femininas presentes no Novo Testamento, lavou os pés de Jesus, enxugou-os com os seus próprios cabelos e apresentou-se para cumprir os ritos fúnebres do Mestre e cuidar do seu corpo sem vida porque reconheceu a sua inferioridade e a instabilidade da sua natureza. A mesma que a havia conduzido ao apedrejamento por pena de adultério e da qual livrou-se graças à intervenção de Cristo. Logo, Maria Madalena representava a mulher em busca do arrependimento, já que expiou, através dos seus atos caritativos, o mal que consumia a sua natureza original. Era o espelho, portanto, de qualquer mulher.

A Virgem Maria era o ideal a ser perseguido por todas as mulheres que, vencendo a sua natureza imperfeita, através sobretudo de posturas que expressavam o seu arrependimento, se submetiam ao ordenamento divino representado Terra pelos homens que a cercavam: em primeiro lugar os pais, depois os maridos, filhos, irmãos e todos os membros masculinos da sua parentela. Maria não se corrompeu com o pecado do sexo, nunca se deixou guiar pela luxúria, já que foi fecundada pelo Espírito Santo e teve seu filho em estágio de virgindade. Ela encarnou, portanto, o que a mulher exemplar deve ser: casta, submissa e mãe.

A influência deste modelo na cultura medieval não pode ser desprezada, no entanto, este modelo não pode ser retirada do campo ideológico para ser utilizado como chave interpretativa do que se conhece sobre a realidade social do medievo. As mulheres medievais desempenharam um papel ativo na sociedade e exerceu poder principalmente no âmbito privado, mas também no público. Como nos lembra M. Perrot, a história das mulheres não buscou a vitimização das mulheres, mas o reconhecimento dos espaços sociais por elas ocupados. Daí a preocupação em se definir, por exemplo, as funções socioeconômicas por elas desempenhadas e o espaço que ocupavam nas relações de trabalho. Tal problemática tem suscitado a análise de novos conjuntos de fontes, como as legislativas, que permitem o

desvelamento dos direitos e dos deveres das mulheres como herdeiras, como doadoras, como fiadoras etc.

O que está em jogo nos livros didáticos são, portanto, as representações medievais neles produzidas e divulgadas, quer seja por influência das orientações curriculares, por opção dos seus autores ou por exigência do mercado editorial, acerca das mulheres. A proposta deste trabalho é justamente analisar criticamente tais representações feitas nas obras didáticas sobre as mulheres medievais ocidentais, o que será feito a seguir.

### **As representações das mulheres medievais nos livros didáticos**

Ao ser questionado sobre a relação estabelecida entre a história da educação e a história do livro ou da leitura, Roger Chartier identifica como questão primordial no que se refere aos livros "(...) a relação ou a distância entre a prática pedagógica e todos os textos que tentam selecionar, limitar ou definir tais normas."<sup>26</sup> Esta é também a questão que moveu este artigo.

Partindo-se da similaridade de formatos e de objetivos existente entre as fontes de pesquisa elencadas, foram comparados os elementos discursivos nelas constituídos a partir de dois níveis: uma análise que pode ser considerada como vertical, onde se identificou a relação mantida entre as obras didáticas e as orientações curriculares disponíveis na BNCC no que tange ao ensino da condição feminina no período medieval e uma análise horizontal, onde se consideraram as semelhanças e as diferenças existentes entre as representações discursivas utilizadas nessas obras para o cumprimento das orientações oficiais. Como as orientações da BNCC estabelecem o ensino da condição feminina na Idade Média de uma forma abrangente, sem distinguir entre o contexto ocidental e o oriental, na análise aqui empreendida foram considerados todos os elementos relativos à às representações das mulheres nas obras selecionadas.

No livro **História nos dias de hoje**, primeira obra a ser analisada, os autores trataram o tema da condição feminina em duas ocasiões: a primeira referindo-se às mulheres islâmicas e a segunda às mulheres ocidentais na Baixa

---

<sup>26</sup> CHARTIER, R. **Cultura escrita, Literatura e História**. Porto Alegre: Armed, 2001. p. 74.

Idade Média. No primeiro caso, os autores parecem ter enfrentado o desafio de cumprir a determinação da BNCC, em um texto marcado por uma narrativa política, recorte muito comum na maioria dos livros didáticos.

Na sessão **Permanências e Rupturas**, da mesma obra, os autores pretenderam levar o aluno a refletir comparativamente sobre o mundo medieval e a condição feminina das mulheres no mundo ocidental contemporâneo, já que o texto apresentado trata da proibição do uso do véu islâmico determinada pelo governo francês. Apesar da proposta reflexiva criada pelos autores nesta atividade, eles não ofereceram ao aluno, no texto base, os subsídios necessários para guiar a sua reflexão, que mais uma vez dependerá da ação do professor. A restrição do material apresentado sobre as mulheres muçulmanas a aspectos religiosos, como a poligamia e o uso do véu, pode vir a reforçar uma visão de submissão histórica da mulher muçulmana sem levar em consideração a luta que elas têm empreendido no mundo contemporâneo para ter seus direitos elementares respeitados.

A discussão em torno da condição feminina retorna, na referida obra, no capítulo intitulado **Transição da Idade Média para a Idade Moderna**, onde os autores se dedicaram a identificar as mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no Ocidente medieval que originaram o mundo moderno. Os autores da obra em questão consideraram a urbanização como uma das principais transformações do período e, em um suporte explicativo, como uma espécie de adendo ao texto principal, intitulado **Cidade das Mulheres**, apresentam o papel proativo desempenhado pelas mulheres na economia urbana, sendo fundamentais à preservação da economia familiar, na medida em que representavam uma força de trabalho considerável nas atividades artesanais e comerciais. Além do papel socioeconômico desempenhado pelas mulheres urbanas, os autores também destacaram a participação feminina na economia rural, ressaltando o desempenho das tarefas domésticas e a prática da pecuária e da agricultura, participando ativamente da colheita. Os autores também reforçaram as contribuições das mulheres no campo cultural na medida em que se apropriavam do espaço religioso e intelectual. Como exemplos de mulheres que se destacaram pela sua atuação religiosa e intelectual, são mencionadas Heloisa, Cristina de Pisano, Beatriz de Nazaré, Margarida Kimpe, dentre outras.

A variedade das personagens femininas apresentadas demonstra o conhecimento dos autores sobre o tema estudado. O fato de essas mulheres serem citadas pelo nome é um recurso pedagógico interessante na medida em que permite que tais mulheres se tornem figuras mais próximas aos alunos que as reconhecem como sujeitos do processo histórico e identificam a sua trajetória quando instigados a pesquisar sobre as suas vidas e realizações, como ocorre nas atividades propostas no final do mencionado capítulo.

Apesar do suporte explicativo construído pelos autores não ser extenso e nem profundo, possui informações instigantes e apresenta um panorama que pode ser considerado adequado para um texto complementar, na medida em que desmistifica a noção presente no senso comum da total submissão feminina aos valores morais vigentes na sociedade e endossados pelo discurso religioso. Além disso, esclarece o papel econômico considerável que a mulher exercia na sociedade medieval, como um dos elos nas relações de trabalho urbanas e rurais. Os autores demonstram, então, para os seus leitores que a Idade Média não é um espaço exclusivamente masculino e que, apropriando-se dos espaços deixados em uma estrutura que experimentava transformações nos últimos séculos do período medieval, as mulheres aproveitaram para construir novos lugares sociais. No entanto, apesar de trazer para a sua obra a discussão em torno da condição feminina na Idade Média, os autores demonstraram maior preocupação e empenho em tratar deste tema na realidade ocidental do que na oriental.

A segunda obra analisada é **Estudar História. Das origens do homem à era digital** (2015) e tratou da condição feminina no mundo cristão ocidental e no mundo muçulmano, assim como o primeiro livro analisado. No que se refere ao ocidente medieval, a visão apresentada concentrou-se na noção de que a mulher não era valorizada ideologicamente na sociedade medieval, mas possuía importância socioeconômica considerável no período. Patricia Braik, autora da obra, iniciou a sessão **Mulheres e crianças** dizendo que “Na Idade Média, a mulher era vista ora como santa e mãe, ora como pecadora”,<sup>27</sup> mas não esclareceu quem

---

<sup>27</sup> BRAICK, Patricia Ramos. **Estudar História. Das origens do homem à Era digital**. São Paulo: Moderna, 2015. p. 26.

pensou isto, ou seja, não identificou tal afirmação como pertencente ao âmbito discursivo religioso, assumindo-a como homogênea no período medieval.

Tentando aproximar as categorias discursivas mencionadas dos elementos sociais, a autora lembrou a importância que as mulheres alcançaram na economia medieval, lembrando que “(...) No campo, elas assumem praticamente as mesmas tarefas que os homens. Além disso, desempenhavam as atividades econômicas e cuidavam das crianças.”<sup>28</sup>

Reforçando o papel econômico desempenhado pelas mulheres medievais, a autora lembra que “(...) As mulheres nobres também exerciam algumas funções. Muitas teciam panos de luxo e bordavam, outras eram especialistas em confeccionar tapetes”.<sup>29</sup> Tal informação demonstra certo equívoco da autora ao afirmar que as mulheres nobres praticavam a tecelagem por questões econômicas, não considerando que elas eram iniciadas na arte da tecelagem por fatores culturais e ideológicos. A tecelagem era uma prática estimulada nas cortes medievais para que as mulheres se mantivessem ocupadas nas longas horas que passavam em seus gineceus, mostrando-se menos propensas a cometer atos que promovessem a desestruturação da vida cotidiana familiar, como a proliferação de boatos, de intrigas e de atos luxuriosos, condenados pela moral eclesiástica vigente no mundo medieval.

Parece, portanto, que a autora ignora a existência das mulheres que usavam a arte da tecelagem de fato como instrumento de sobrevivência, já que as tecelãs eram figuras presentes em várias cidades medievais. Ao ignorar o papel econômico das tecelãs, a autora também não apresentou aos seus leitores a contribuição das mulheres burguesas no incremento de boa parte do setor artesanal das cidades, tanto como mão de obra principal quanto como mão de obra auxiliar para os seus maridos, donos das oficinas e membros das corporações de ofícios. Na obra **Estudar História. Das origens do homem à era digital**, então, as informações apresentadas acerca da condição feminina medieval ocidental consideravelmente limitadas. A informação restringiu-se a alguns elementos discursivos, tomados como universais, e a uma limitadíssima análise econômica.

---

<sup>28</sup> BRAICK, P. Op. Cit., p. 22.

<sup>29</sup> Idem.

A terceira obra analisada é **Historia.doc.**, onde os autores reservaram um espaço considerável à questão da condição feminina no ocidente medieval, que é tratada na sessão **Outras Histórias (personagens) – Mulheres na Idade Média**, que se refere somente a Baixa Idade Média. Os autores, seguindo uma tendência da história social das mulheres, identificaram o casamento como referência primordial para as mulheres medievais, afirmando: “Durante a Baixa Idade Média, a maioria das mulheres estava voltada para o casamento, que era arranjado pela família ou até mesmo pelos senhores feudais.”<sup>30</sup> O texto reforça também a ideia de que a vida em família e as atividades do lar eram as principais preocupações das mulheres, mas os autores chamaram a atenção para o fato de que isto não inviabilizava a prática de atividades fora do âmbito doméstico. Para tanto, lembre-se que as mulheres urbanas atuavam como mão de obra consideráveis ao auxiliar os seus maridos no comércio e ressaltam o fato de que haviam profissões que eram exclusivamente desempenhadas por mulheres, como a manufatura dos tecidos. Ainda procurando desmistificar a noção de passividade feminina em relação ao medievo, os autores lembraram que muitas mulheres ocupavam um papel de liderança econômica considerável quando detinham boa parte das propriedades territoriais na França. Destacando também a contribuição cultural das mulheres para o período medieval, os autores mencionam o papel desempenhado por algumas mulheres exemplificando esta noção com elementos biográficos de Cristina de Pizán que, vencendo “as dificuldades impostas pelos homens ao acesso ao conhecimento”, conhecia o latim e a filosofia, além de elaborar poesias que embrionariamente já se referiam aos “direitos da mulher”. Após este suporte informativo, os autores propuseram uma atividade onde solicitaram ao aluno que “Discuta com seus colegas quais dificuldades as mulheres enfrentavam nesse período.”<sup>31</sup>

Apesar da tentativa interessante dos autores em desconstruir uma visão passiva acerca da condição feminina no período medieval, ao propor ao leitor exercícios reflexivos, os autores da referida obra não ofereceram ao seu leitor a base de conteúdo sobre a qual ele poderia guiar as suas pesquisas e reflexões. A

---

<sup>30</sup> VAINFAS, R.; FERREIRA, J. et alli. **História.doc.** São Paulo: Saraiva, 2015. p. 85.

<sup>31</sup> VAINFAS, R. Op. Cit., p. 34.

história das mulheres, apesar de ter ganhado um espaço de destaque no texto base, parece descolada do restante da narrativa que se concentra no âmbito político e a história medieval francesa como fio condutor. Sem contar o fato de que constrói erroneamente com o leitor a ideia de que a atuação das mulheres na sociedade só foi perceptível durante a Baixa Idade Média.

A quarta obra analisada é **Historiar**, de autoria de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues. Estes ignoram completamente o tema da condição feminina na sociedade medieval ocidental no texto base. Parece que simplesmente para cumprir a exigência da existência de tal conteúdo no livro didático, estabelecida pela BNCC, os autores delegam a ele um espaço em uma sessão de atividades, intitulada **Oficina de História**. A questão proposta consiste na leitura de um trecho da obra *História da Vida Privada* (1990), organizada por Georges Duby e Philippe Ariés referente à educação dos jovens durante a Alta Idade Média, seguida de quatro questões que versam sobre o tema proposto, sendo que a última questão tem o seguinte enunciado: “O texto trata da educação dos rapazes e não das moças. A educação era diferente para os homens e para as mulheres. Isso acontece hoje em dia? Dê a sua opinião e explique suas respostas”.<sup>32</sup>

Apesar da intenção dos autores de promover alguma reflexão que leve o aluno a comparar o passado e o presente, que pode ser considerada interessante, os autores não oferecem ao seu leitor nenhum subsídio em termos de conteúdo para orientar esta reflexão. Os autores simplesmente se limitam a afirmar que a educação de rapazes e moças era diferente, não identificando, no entanto, tais diferenças, o que parece inviabilizar qualquer reflexão por parte do leitor. Além disso, optam por abordar tangencialmente o papel social e cultural desempenhado pelas mulheres na sociedade ocidental.

A quinta obra analisada é **Projeto Mosaico. História**. Nela a condição feminina no Ocidente medieval também não encontrou nenhum espaço no texto base, que se concentrou em apresentar uma visão geral e completa da Idade Média, centrando-se nos eixos político e religioso. Somente uma personagem feminina é mencionada em um texto complementar: Joana d’Arc. Tal menção se dá mais

---

<sup>32</sup> COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar**. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 24.



devido ao fato de ela ter participado do conflito entre a França e a Inglaterra na constituição dos seus Estados Nacionais do que pela sua condição feminina em si. Há uma sessão intitulada *Conheça Mais* dedicada à apresentação dos dados biográficos da personagem.<sup>33</sup> Joana d'Arc novamente é lembrada em uma atividade proposta no final do capítulo que traz uma versão literária de um trecho da vida de Joana d'Arc, onde a sua atuação heroica é ressaltada. As questões propostas para esta atividade versam sobre a excepcionalidade da ação da heroína e a condição das outras mulheres medievais é totalmente ignorada.<sup>34</sup>

Fica claro, analisando a referida obra, que seus autores não consideram que o tema da condição feminina no medievo necessite de um espaço específico e amplo de reflexão, ficando restrito a atividades complementares e superficiais, onde investe-se mais na excepcionalidade da figura apresentada, o que dá um tom de exaltação biográfica, do que no reconhecimento das mulheres como personagens históricos que influenciavam coletivamente o processo histórico. Novamente parece que o tema da condição feminina é inserido na obra somente para cumprir a exigência conteudística oficial.

O sexto livro didático analisado aqui é **Jornada.hist**. Ao tratar da condição feminina no Ocidente medieval, os autores tiveram o cuidado de explicar aos leitores a diversidade de condições sociais e econômicas existentes na condição feminina neste contexto. O texto informativo intitulado *Mulheres na Idade Média*, inserido no texto base, só possui três parágrafos, no entanto é bem completo em relação às informações essenciais que um aluno do ensino fundamental tem que possuir. O primeiro parágrafo do texto diz:

Nas sociedades europeias da Idade Média, a situação das mulheres não foi única. Ela era diferente no campo e na cidade, em cada reino e mudou de acordo com a época. Além disso, a vida, os costumes e as funções desempenhadas pelas mulheres dependiam do grupo social a que pertenciam.<sup>35</sup>

Em seguida, os autores identificam algumas personagens femininas que tiveram atuações consideráveis na guerra (Joana d'Arc) e na literatura (Cristine de

---

<sup>33</sup> VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. **Projeto Mosaico. História**. São Paulo: Scipione, 2015. p. 108.

<sup>34</sup> *Ibidem*. p. 114-115.

<sup>35</sup> VAZ, Maria Luisa; PANAZZO, Sílvia. **Jornadas.hist.**. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 103.

Pizán) oferecendo ao aluno uma breve biografia destas mulheres. Para complementar a informação sobre a condição feminina, as autoras indicam ao leitor, na sessão **Não deixe de ler**, o livro de José Rivair Macedo, *A mulher na Idade Média*, que permitirá a ampliação do estudo desta temática àqueles que se interessarem pelo assunto.

## **Conclusão**

A análise das obras selecionadas permite que cheguemos a algumas conclusões significativas. Nota-se em todos os títulos a busca pelo cumprimento das orientações curriculares propostas pela BNCC no que tange ao entendimento da participação feminina na sociedade medieval, mesmo que algumas obras tenham dedicado uma atenção mais elaborada ao tema e outras nem tanto. Esta adequação às normas curriculares inclusive é um dos itens que qualifica as obras selecionadas pelo MEC, no entanto torna-se claro que não garante a qualidade da discussão implementada sobre o tema, como tivemos oportunidade de ver em pelo menos quatro das seis obras selecionadas.

Mostra-se clara também a dificuldade que os autores tiveram em inserir a questão da condição feminina nos textos bases das suas obras, optando por tratá-la em textos complementares ou em atividades de pesquisa e de interpretação. Tal dificuldade pode ser explicada em parte pela clara opção dos autores em utilizar como fio condutor da sua narrativa, a história medieval francesa, como se esta representasse a história do Ocidente medieval. O que se dá pela necessidade ainda existente de priorização de uma narrativa cronológica e política nos livros didáticos. A questão que se apresenta ainda hoje é qual Idade Média pretende-se ensinar aos estudantes brasileiros e ela está longe de ser efetivamente resolvida.

Nota-se em alguns autores a tendência a manter a discussão acerca da condição feminina no campo ideológico, utilizando o discurso clerical ocidental e o religioso como referência. Já em algumas obras identifica-se uma preocupação mais efetiva em acrescentar a esta visão, o estudo das contribuições dadas pelas mulheres nas relações de trabalho. É bom lembrar que as obras que propõem uma análise socioeconômica estão mais próximas às orientações determinadas pela BNCC.

Respeitadas as devidas diferenciações no trato do tema da condição feminina, torna-se claro que ainda há um longo caminho a ser percorrido entre o saber construído nas academias e aquele que é apropriado pelos livros didáticos tanto no que se refere à história das mulheres medievais quanto à própria noção de Idade Média que se pretende ensinar nas escolas brasileiras.

Desta forma, as discussões em torno da história das mulheres medievais e das relações de gênero mostram-se ainda embrionárias nos livros didáticos e, em geral, descoladas de uma análise contextual, não oferecendo ao aluno, portanto, os elementos necessários para que possa identificar a forma como as mulheres eram vistas no contexto medieval sem cair nos perigos do anacronismo e para compreender a maneira como as relações de gênero são construídas historicamente. Comparar as mulheres medievais com as mulheres contemporâneas é um exercício interessante e necessário, no entanto, não é válido para a constituição dos cidadãos brasileiros se for alimentado por noções de vitimização ou de supervalorização do papel feminino.

### **Referências bibliográficas**

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEF, 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/4.4.2\\_BNCC-Final\\_CH-HI.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/4.4.2_BNCC-Final_CH-HI.pdf)>. Acesso em: 3 jul 2017.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn\\_5a8\\_historia.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf)>. Acesso em: 3 jul. 2017.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia. Geral e Brasil**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História. Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Europa-América, 1983.

BRAICK, Patricia Ramos. **Estudar História. Das origens do homem à Era digital**. São Paulo: Moderna, 2015.

CAMPOS, Flávio.; CLARO, Regina et. alli. **História nos dias de Hoje**. São Paulo: Leya, 2015.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, Literatura e História**. Porto Alegre: Armed, 2001.

COTRIM, Gilberto.; RODRIGUES, Jaime. **Historiar**. São Paulo: Saraiva, 2015.

DUBY, Georges. **Heloísa, Isolda e outras damas do século XII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAC GINITY, Eliane Goulart. Imagens de mulheres nos livros didáticos de História. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n. 3, v. 2, jul/dez. 2015. p. 915-932. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/viewFile/63309/36954>>.

PERROT, M. **Os Excluídos da História. Operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

\_\_\_\_\_. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. *In*: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História. Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educação e Realidade**., Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012. p. 808-821. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>.

VAINFAS, Ronaldo.; FERREIRA, J. et alli. **História.doc**. São Paulo: Saraiva, 2015.  
VAZ, Maria Luisa.; PANAZZO, Sílvia. **Jornadas.hist.**. São Paulo: Saraiva, 2015

VICENTINO, Cláudio.; VICENTINO, José Bruno. **Projeto Mosaico. História**. São Paulo: Scipione, 2015.

Recebido: 03/08/2017  
Aprovado: 15/10/2017